

Crescimento de 11%

A Produção Industrial em 1970

As estimativas de expansão da atividade industrial em 1970 são, como vem sendo nos últimos retrospectos de "Conjuntura Econômica", bastante preliminares.

A dificuldade está na obtenção de informações quantitativas satisfatórias. Tentou-se superar esse problema com informações de ordem qualitativa para o que os indicadores da "Sondagem Conjuntural" foram de grande valia. Para complementá-los, o IBRE procurou ouvir a opinião de empresários de diversos setores industriais tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo.

Os dados quantitativos utilizados são de responsabilidade da Fundação IBGE, do Conselho Nacional de Petróleo, Ministério da Indústria e do Comércio, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos, Instituto Brasileiro de Siderurgia, Sindicato Nacional da Indústria de Cimento e Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

A confirmarem-se as estimativas preliminares elaboradas pelo Laboratório de Estatística do IBGE, a indústria nacional terá completado três anos de forte expansão com um crescimento médio anual acima de 10 por cento. O volume físico da produção industrial teria registrado um incremento da ordem

de 11%, superando ligeiramente os resultados alcançados em 1969.

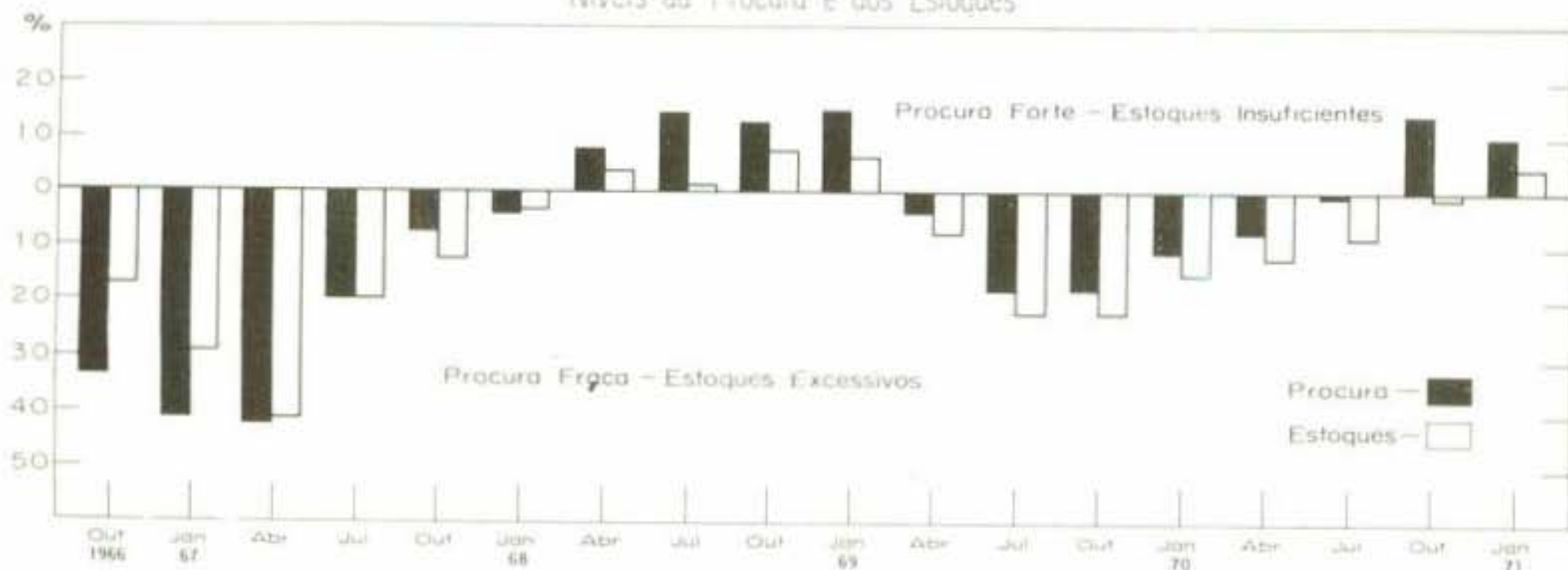
Produção Industrial — Taxas de Crescimento Anual (Percentagens)

Anos	Setor Industrial	Indústria de Transformação
1968	13,2	13,2
1969	10,8	10,9
1970	11,1	11,0

Os resultados da indústria de transformação teriam sido de igual magnitude, enquanto a indústria da construção civil continuaria a registrar a maior velocidade de expansão do setor industrial, quase

Gráfico 1

Indústria de Transformação Níveis da Procura e dos Estoques



15%, e a produção de energia elétrica haveria crescido também cerca de 10%. Não foi possível estimar o incremento da produção extrativa mineral.

Indústria de Transformação

O crescimento da produção fabril em 1970 foi liderado pelos grupos: transformação de minerais não metálicos; borracha; química, produtos de perfumaria, sabões e velas e produtos de matérias plásticas; e material de transporte todos com uma taxa de crescimento superior a 15%.

Ao iniciar-se o ano as perspectivas não pareciam muito favoráveis ao parque manufatureiro nacional. Um descompasso entre a oferta e a procura afetava as expectativas e os planos dos empresários. A Sondagem Conjuntural realizada em janeiro revelava que as previsões de expansão da produção para o primeiro trimestre do ano eram as mais moderadas dos últimos três anos, isso porque a indústria vinha funcionando com procura fraca e estoques excessivos desde o terceiro trimestre de 1969 (GRÁFICO 1).

Enquanto a procura revelava tendência de estabilidade, as empresas iniciavam o ano operando com baixo grau de utilização da capacidade de produção instalada e com estoques considerados excessivos para o período. Também não se esperava alteração sensível no volume de mão-de-obra empregada.

No decorrer do primeiro trimestre, verificou-se divisão de tendências. Enquanto um número razoável de empresas continuou expandindo suas atividades, outra parcela, também não muito pequena, reduzia o volume da produção em face dos estoques acumulados como decorrência da evolução mais fraca da procura. O fato é que, em abril, embora persistisse ainda certo descontentamento com o nível de procura, a grande maioria já considerava que ela havia alcançado níveis normais.

É muito provável que, até abril, não tenha havido modificação sensível no nível geral de emprego.

Tabela I — Taxas de Crescimento do Volume Físico da Produção Industrial (%) — 1970

Discriminação	Variação Percentual
Transformação de minerais não metálicos	25,4
Borracha	22,0
Química; produtos de perfumaria, sabões e velas; produtos de matérias plásticas	17,9
Material de transporte	16,3
Papel e Papelão	11,3
Metalúrgica; Mecânica; Material elétrico e material de comunicações	8,8
Produtos alimentares; bebidas e fumo	8,1
Têxtil e Vestuário	3,8
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	11,0

Nota: Indicadores sujeitos a retificação, calculados com base em dados da Pesquisa Mensal (janeiro a dezembro) do Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e dos Serviços complementados com dados do Conselho Nacional de Petróleo, GEIMOT, ANFAVEA e IBS.

Fonte: Laboratório de Estatística do IBE (Fundação IBGE)

Ao terminar o primeiro trimestre, observou-se evidente mudança de expectativa, generalizando-se as previsões de expansão da procura para o segundo trimestre e os planos de aumento da produção.

A insuficiência da procura impediu ainda a expansão da maioria das empresas de carroçarias para veículos; equipamentos de terraplenagem; adubos e fertilizantes; perfumarias, sabões e velas; laticínios; rações balanceadas e fumo.

No setor de produção de bens de consumo, considerava-se normal a retração da procura nos primeiros meses do ano. Mas, no setor de bens de capital, era geral o descontentamento com os níveis de procura e dos estoques. A situação era normal na produção de bens de consumo intermediário e o setor de material de construção era o único a registrar expansão da procura e expectativa otimista.

No decorrer do segundo trimestre, todo o setor manufatureiro considerava atenuados os problemas de insuficiência da procura, generalizando-se os aumentos de produção e as reduções de estoques. O índice de utilização da capacidade instalada passou a ser bastante elevado e ampliaram-se os efetivos de mão-de-obra.

A procura de bens de consumo melhorou substancialmente; na

produção de bens de capital, a capacidade ociosa era menor que a registrada em abril, embora o nível de procura ainda estivesse abaixo do normal; no setor de bens intermediários a procura atingia níveis considerados normais, forçando ligeiro acréscimo no volume de mão-de-obra, sem, contudo, ser suficiente para elevar de modo significativo o grau médio de utilização da capacidade instalada.

Ao iniciar-se o terceiro trimestre, generalizava-se o clima de otimismo. Em outubro, empresas responsáveis por 70% das vendas antecipavam aumento da produção. Era a percentagem mais alta já registrada pela Sondagem Conjuntural em seus 5 anos de existência. Confirmando tal clima de otimismo, nesse mesmo mês empresas responsáveis por 93% das vendas declararam estar realizando investimentos.

No último trimestre de 1970 a expansão da procura adquiriu velocidade ainda maior, de forma que, ao contrário do que ocorreu em janeiro do mesmo ano, a indústria nacional iniciou 1971 considerando a procura ainda forte e os estoques insuficientes.

É relevante salientar que tais resultados foram obtidos graças, especialmente, a três fatores:

Primeiro, a expansão do mercado nacional como consequência da política econômica de distribuição de renda. Os salários, por exemplo, continuaram elevando-se em termos reais, com reajustamentos entre 24 e 26%, acima, portanto, da majoração do custo de vida.

O segundo foi a melhor organização do mercado de crédito. Superada a fase de ajustamento pós-inflacionária e mais bem organizado, ele funcionou serena e tranquilamente, bastando mencionar que o pagamento do 13º salário, ao contrário de anos anteriores, se efetivou sem dificuldades e sem pressão exagerada sobre o crédito bancário.

O terceiro foi a nova política de exportação, que permitiu o recorde absoluto de exportação de manufaturados, com 430 milhões de dólares.

O nível geral de emprego no setor industrial deverá ter registrado aumento de magnitude razoável. As informações disponíveis não permitem ainda quantificar a variação. Entretanto, a esta altura, já se sabe que alguns setores como a construção naval, metalurgia, mecânica, papel e papelão, tiveram dificuldades de mão-de-obra para expandir sua produção.

O único indicador de investimentos no setor industrial em 1970 é o valor dos projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Nos dez grupos industriais escolhidos pelo Governo para a concentração dos esforços prioritários de investimentos, foram aprovados 976 projetos totalizando 6 157 milhões de cruzeiros, contra 669 projetos no valor de 4 259 milhões em 1969.

Nos últimos anos, a indústria química vem liderando os investimentos industriais. No ano passado, porém, mantida a posição dos projetos aprovados no CDI, ela terá perdido a liderança para a indústria automotora.

Energia Elétrica

De acordo com as últimas informações disponíveis, a produção de energia elétrica terá aumentado

Tabela II — Projetos Aprovados pelo CDI — 1970

Setores	Número de Projetos*	Valor (Cr\$ 1.000)
Indústria automotora	97	1 660 988
Indústrias químicas	61	1 593 745
Materiais de construção civil	87	918 556
Indústria metalúrgica	32	617 044
Papel, celulose e artes gráficas	83	496 090**
Fiação, tecelagem e vestuário	295	440 994
Produtos alimentares	142	237 009
Equipamentos elétrico e eletrônico	58	96 189
Máquinas e equipamentos	51	78 358
Couros, seus artefatos e calçados	70	17 895
Total	976	6 156 868

* Inclui aditivos a projetos anteriormente aprovados.

** Inclui o valor de 917 pedidos de isenção.

Fonte: Conselho de Desenvolvimento Industrial, Ministério da Indústria e Comércio.

10%, enquanto a capacidade instalada sofreu acréscimo de mais de 12%, o que assegura o atendimento da expansão do consumo estimada na média anual entre 10 e 13%.

É preciso esclarecer que a estimativa do crescimento da produção teve por base a comparação do período janeiro/setembro, única informação disponível quando da redação deste retrospecto.

Dentre os principais projetos do plano de eletrificação que vem sendo executado pelas empresas subsidiárias da ELETROBRÁS, destaca-se o conjunto de Urubupungá, localizado nos limites de São Paulo e Mato Grosso e que será o terceiro maior aproveitamento hidrelétrico do mundo. Dêsse conjunto, entraram em operação novas unidades de Jupiá somando mais de 400 mil kW.

O potencial da região Centro-Sul foi ainda acrescido de 400 mil kW da Usina Hidrelétrica de Xavantes, 140 mil de Funil do Paraíba, além do aumento em pequenas usinas perfazendo um total de 955 mil kW, ou seja, 75% do incremento na capacidade instalada no país.

Na região Sul, o acréscimo em 1970 foi de 155 mil kW, destacando-se 125 mil kW da hidrelétrica Capivari-Cachoeira e 25,6 mil kW da hidrelétrica da Foz do Chopin.

No Nordeste, o projeto mais importante foi a Usina de Boa Espe-

rança, com acréscimo de 120 mil kW. Além disso, Paulo Afonso está sendo preparada para novo aumento da ordem de 820 mil kW, dos quais 412 mil previstos para este ano, e foi iniciada a construção da Usina Moxotó, de 400 mil kW.

O acréscimo da capacidade instalada na região Norte foi de quase 16 mil kW em diversas localidades. Enquanto as usinas termelétricas de Manaus estão sendo ampliadas para 130 mil kW e 55,5 mil kW, respectivamente, desenvolvem-se os trabalhos de construção das hidrelétricas de Curuá-Una (20 mil kW) e Paredão (40 mil kW).

Finalmente, na região Centro-Oeste o aumento foi de 8,5 mil kW, quase todo decorrente da inauguração da hidrelétrica de Casca III em Mato Grosso.

Construção Civil

O crescimento da indústria da construção civil foi estimado através da avaliação do consumo aparente de alguns materiais de construção.

Os dados específicos sobre esse setor que estão disponíveis se referem apenas ao primeiro semestre. É o caso, por exemplo, do Inquérito Mensal sobre Edificações da Fundação IBGE e as informações sobre a atuação do Banco Nacional de Habitação.

Tabela III Energia Elétrica Acréscimos na Capacidade de Geração Instalada (MW)

Unidades Instaladas por Região		1970	Estimativa para 1971
REGIÃO NORTE		15,9	29,0
Usinas termelétricas	Manaus		9,4
	Gás de Belém		15,0
Pequenas usinas		15,9	4,6
REGIÃO NORDESTE		132,0	419,0
Usinas hidrelétricas	Boa Esperança	120,0	
	Paulo Afonso III		412,0
Pequenas usinas		12,0	7,0
REGIÃO CENTRO-OESTE		8,5	68,0
Usinas hidrelétricas	Casca III	8,2	
	Cachoeira Dourada		50,0
Pequenas usinas		0,3	18,0
REGIÃO CENTRO-SUL		955,0	660,0
Usinas hidrelétricas	Jupia	400,0	200,0
	Funil do Paraíba	140,0	
	Xavantes	400,0	200,0
	Jaguará		236,0
Pequenas usinas		15,0	24,0
REGIÃO SUL		155,0	166,5
Usinas hidrelétricas	Foz do Chopin	25,6	
	Capivari-Cachoeira	125,0	125,0
Pequenas usinas		8,0	41,5
TOTAL GERAL		1 266,4	1 342,5

Fonte: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS.

A despeito dessa limitação, a comparação de alguns dados com os de igual período de 1969 confirma o elevado ritmo de expansão da construção civil. A área total dos "habite-se" das edificações residenciais aumentou quase 27% e a das edificações não residenciais 41%. A área das licenças para ampliação de edificações residenciais cresceu 13% e das edificações não residenciais, 22%.

No que se refere ao BNH, no primeiro semestre de 1970 ele já havia firmado, em todo o país, contratos nos programas habitacionais e complementares (FIMACO — Programa de Financiamento para Materiais de Construção), FINANSA (Programa de Financiamento para Saneamento e os financiamentos concedidos aos municípios) no valor de 819 milhões de cruzeiros que, complementados pelos agentes financeiros, se elevaram a 1.379 milhões, o que corres-

ponde a investimentos globais da ordem de 2,2 bilhões de cruzeiros.

A despeito da elevada taxa de crescimento dessa indústria, empresários do comércio imobiliário alegam que o mercado poderia adquirir velocidade de expansão ainda maior se o BNH elevasse o teto máximo de financiamento de 107 mil para 180 mil cruzeiros e se fosse reformulada a legislação do imposto de transações imobiliárias. Entendem também que faixas de alto poder aquisitivo poderiam participar dos planos de habitação com parcelas superiores a 25% da renda familiar.

Reconhecem, ainda, que a maior expansão do mercado imobiliário depende basicamente do barateamento do custo da construção, transferindo, entretanto, a responsabilidade pelo custo elevado aos critérios de financiamento e ao esquema normativo do BNH.

A verdade, porém, é que a sustentação do atual ritmo de desenvolvimento da indústria da construção depende, essencialmente, do disciplinamento do mercado imobiliário, isto é, da neutralização de uma mentalidade mercantil, onde todo interesse é concentrado na comercialização, sem qualquer preocupação com o custo da construção.

O que encarece substancialmente o custo da construção e limita o acesso de grande parcela da população ao mercado imobiliário são os ônus decorrentes da desorganização da maioria das empresas, da limitação da capacidade administrativa e gerencial que, sob o título de "despesas financeiras", sobrecarrega o orçamento já restrito daqueles que se propõem a adquirir casa própria.

É preciso evitar o que ocorreu em 1946. Naquela época, o clima de especulação dominante se fazia sentir especialmente nos preços dos terrenos. Agora, é na penalização dos adquirentes de unidades residenciais, pela desorganização do mercado imobiliário.

Com referência às obras públicas, as únicas informações disponíveis são as da atuação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Até novembro de 1970, haviam sido implantados 1.266 quilômetros de estrada, 62% a mais que o total de 1969, e pavimentados 1.481 quilômetros, isto é, 63% a mais que em 1969.

Da extensão pavimentada, o DNER encarregou-se de 51%, os departamentos estaduais de 34% e os Batalhões Rodoviários do Exército de 15%. Da implantação, os Batalhões Rodoviários responderam por 40%, os departamentos estaduais 34% e o DNER os restantes 25%.

Produção Extrativa Mineral

A esta altura não é possível conhecer ainda o comportamento da indústria extrativa mineral no ano passado. Os últimos dados conhecidos são os da exportação dos principais minerais e a produção de petróleo bruto para o período janeiro/novembro.

9.313.323 metros cúbicos para ... 8.833.403, ou seja, pouco mais de 5%.

A exportação de minério de ferro, no mesmo período, aumentou 31%, a de minério de manganês 81% e a de minério de nióbio-pirocloro 61%.

Exportação dos Principais Minerais Janeiro-Novembro (toneladas)

	1969	1970
Minério de ferro	18 949 069	24 740 793
Minério de manganês	853 698	1 544 468
Minério de nióbio-pirocloro	5 096	8 220

Fonte: Banco do Brasil, Carteira de Comércio Exterior.

Indústria de Transformação

Siderurgia

Segundo os últimos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia, a produção brasileira de ferro-gusa aumentou, em 1970, 13,1%, a de aço em lingotes 9% e a de laminados 5,7%.

Produção Siderúrgica Brasileira (1.000 toneladas)

	1969	1970
Ferro-gusa	3 717	4 206
Aço em lingotes	4 925	5 368
Laminados	3 877	4 078

Fonte: Instituto Brasileiro de Siderurgia

A produção de laminados planos aumentou 6,4%, somando 1.904 mil t; e a de laminados não planos cresceu 4,6%, com 2.174 mil t.

Na produção de laminados não planos, vale ressaltar o acentuado crescimento que tiveram vergalhões e fio-máquinas, com 624 mil e 451 mil t, respectivamente, no período janeiro/novembro, ou seja, 24,6 e 29,7%. Entre os laminados planos, destacou-se a produção de bobinas a frio que, nos 11 primeiros meses, com 194 mil t, já superava a de igual período do ano passado em 22,7%. Esse aumento de produção requereu aumento de

As principais causas do aumento na produção siderúrgica nacional foram as seguintes:

1) Aumento razoável da procura dos principais produtos no mercado interno e uma conjuntura altamente favorável no mercado internacional, permitindo incremento considerável das nossas exportações, as quais, de 5% do total do faturamento em 1969, representaram cerca de 9% em 1970.

Em 1968, a crise de consumo que se iniciara em 1964 já fôra superada. Mas as empresas, havendo sofrido violento processo de deterioração de sua relação preço/custo, não dispunham de recursos para a retomada da expansão.

2) A revisão da política de preços dos produtos siderúrgicos permitiu restabelecer a rentabilidade do setor, inclusive a instituição de margem adicional sobre os níveis de compensação de custos para aplicação exclusiva em projetos de expansão.

Uma das principais causas da estagnação da indústria siderúrgica era a preocupação governamental de manter os preços dos produtos siderúrgicos artificialmente baixos para evitar que o seu aumento alimentasse perigosamente a taxa de inflação. Em consequência, as empresas passaram a operar com deficits ficando, dessa forma, impedidas de financiar seu próprio crescimento.

Felizmente, acabou-se por compreender que essa política se tornava mais cara, pois terminaria por obrigar o Tesouro Nacional a oferecer subvenções disfarçadas às usinas siderúrgicas, ao mesmo tempo que afastava qualquer possibilidade de crescimento de um setor cujos preços eram mantidos abaixo do custo real.

A revisão dessa política permitiu que a siderurgia superasse suas dificuldades financeiras e retomasse o caminho da expansão.

3) Reorganização do setor de distribuição e comercialização no mercado interno e maior agressividade das empresas siderúrgicas

4) A prorrogação do prazo de recolhimento do IPI, os créditos fiscais e a nova linha de crédito do Banco do Brasil.

O novo plano siderúrgico

Durante muitos anos, a produção siderúrgica brasileira esteve, de certo modo, estagnada. O mais grave inconveniente dessa situação foi o adiamento de investimentos que, em face do tempo de maturação, já deveriam ter sido realizados.

Em primeiro lugar, não se entendeu o caráter provisório da recessão pós-revolução; em segundo, cometeu-se o erro de se encarar com excessivo pessimismo a evolução do consumo de aço no Brasil, do que resulta, de acordo com estimativas oficiais para 1971, um deficit de um milhão de t, desde que se atente para a conveniência de mantermos uma exportação de, pelo menos, 10% da produção.

Ao iniciar-se 1970 os dirigentes das empresas siderúrgicas ainda tinham dúvidas quanto às diretrizes do novo governo em relação ao setor. Entretanto, uma série de providências terminou por convencê-los de que havia firme determinação de mudar radicalmente a política siderúrgica do país.

Em abril, o Conselho Interministerial de Preços acolhia os reclamos da indústria e reajustava os preços com base na demonstração dos aumentos dos custos nos seis meses antecedentes e concedia um adicional de 5% destinado a reforçar os fundos para reinvestimentos, com vistas ao aumento de sua capacidade produtiva.

Em junho, o CONSIDER era transformado de órgão consultivo em órgão deliberativo, competindo-lhe, a partir daí, formular e coordenar a política siderúrgica nacional, fixar critérios e conceder prioridades aos projetos de implantação, expansão e modernização de usinas.

Em agosto, o CONSIDER aprovou os planos de expansão das três grandes empresas: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Com-

panhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), somando investimentos no montante equivalente a 933,5 milhões de dólares, em moeda estrangeira e nacional.

Em outubro, o governo divulgou o "Programa de Metas e Bases", no qual a siderurgia ocupa lugar de destaque.

Finalmente, em dezembro, o Presidente da República anunciou o novo plano siderúrgico no qual se projeta elevar de 5 para 20 milhões de t de lingotes de aço por ano, a produção no período 1969-1980. Daquele total, 15 milhões serão destinados ao suprimento do mercado interno e 5 milhões como reserva operacional e para efetivar a presença do Brasil no mercado internacional de produtos siderúrgicos.

Essa meta permitirá ao Brasil passar de um consumo *per capita* da ordem de 63 kg — que nos classifica entre os países mais subdesenvolvidos do mundo, apesar de dispormos de minérios abundantes e de um mercado potencial de grandes dimensões — para 125/130 kg em 1980.

O Plano prevê, ainda, a expansão da capacidade de laminação do país que é atualmente de 2,1 milhões de t para 4,6 milhões em 1975 e 8 milhões em 1980.

Este setor continuará a cargo da iniciativa privada que, para alcançar tais objetivos contará com o apoio do governo, através de estímulo creditício. Se preciso, o governo — a fim de viabilizar a execução de projetos de maior envergadura — poderá participar minoritariamente do capital de empresas privadas.

A capacidade instalada de produção de laminados não planos de aços comuns deverá alcançar 4.650 mil t de lingotes até 1975 e 8 milhões em 1980.

A produção de aços especiais deverá atingir 940 mil t de lingotes já em 1975.

O Plano prevê investimentos superiores a 15 bilhões de cruzeiros até 1980 somente para a expansão das usinas integradas. Destas, ape-

nas três serão contempladas: CSN, USIMINAS e COSIPA.

Os objetivos básicos do Plano Siderúrgico são: 1) colocar as grandes usinas em níveis adequados de produção e custos, elevando-as ao nível de competição internacional; 2) obter qualidade superior; 3) oferecer ao setor privado todo o apoio para a realização de seus programas.

Como estratégia decidiu-se concentrar os recursos oficiais nas grandes empresas e abrir espaço para a expansão da iniciativa privada.

Vale destacar a corajosa opção do Governo que se recusou a ceder às pressões políticas regionais, fornecendo recursos a qualquer usina, em favor de uma política nacional, evitando, desta forma, a pulverização dos recursos que se tornariam ineficazes.

Merece também destaque o fato de, pela primeira vez, serem admitidas oficialmente as nossas possibilidades de exportação de produtos siderúrgicos. Até, então, havíamos nos conformado com a condição de exportadores de matéria-prima, esquecendo-nos de que o Brasil pode oferecer no mercado internacional produtos siderúrgicos em excelentes condições competitivas, desde que isentos da elevada carga fiscal a que estão sujeitos.

O Plano prevê ainda:

a) realização de um estudo de mercado do perfil setorial de consumo, abrangendo 276 produtos e 64 setores, pelas regiões e Estados consumidores, o qual servirá de base para as ampliações futuras;

b) levantamento dos principais problemas relacionados com o desenvolvimento e transferência de tecnologia no setor siderúrgico brasileiro, assim como da disponibilidade de recursos humanos e materiais para solucioná-los;

c) estudo da viabilidade técnica e econômica da aplicação, no Brasil, das inovações tecnológicas mundiais nos produtos e processos siderúrgicos.

A impressão generalizada entre as empresas siderúrgicas é a de que se pode esperar, com alto grau

de segurança, sejam tais metas plenamente atingidas.

De fato, a única crítica que se pode fazer ao novo plano é que ele chega tarde. Mas, em compensação, foi elaborado em termos realistas e eficientes, como demonstra a extraordinária reação das ações de empresas siderúrgicas cotadas nas Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo.

É de se esperar que o Plano Siderúrgico venha a ser complementado com as medidas de apoio nos setores de infra-estrutura a fim de que, nestes, não surjam pontos de estrangulamento que dificultem sua execução.

No setor de transporte, por exemplo, há grande tarefa a realizar. Basta ver o volume de matérias-primas e de produtos siderúrgicos acabados que circulam pela Central do Brasil, que deverá aumentar de mais de 4 vezes, sendo suficiente para realçar o impacto do programa siderúrgico no setor.

Ademais, vale destacar o problema dos fretes. No ano passado, a partir dos primeiros meses do segundo semestre, verificou-se acentuada majoração nos fretes, o que contribuiu para tornar ainda mais difícil as exportações de produtos siderúrgicos, de tal forma que não foi possível manter o mesmo ritmo do primeiro semestre.

Os transportes marítimos em navios de grande tonelagem tendem a modificar o panorama da siderurgia mundial, permitindo aos países desenvolvidos aplicarem seus recursos em indústrias de maior rentabilidade relativa, passando a importar certos produtos siderúrgicos de países como o Brasil que são capazes de produzi-los a custos mais baixos. Faz-se, portanto, necessário evitar que os fretes marítimos eliminem esse diferencial de custos e venham a se constituir em obstáculo à expansão das nossas exportações.

Também no mercado interno, o custo do transporte está a merecer cuidadosa atenção. Como explicar que o frete, para o transporte de lingotes de aço da COSIPA para a Ferro e Aço de Vitória, por rodovia, seja a metade do frete maríti-

mo se o embarque for realizado no porto de Santos e um pouco mais de 70% se embarcado no terminal marítimo daquela Companhia?

Há que reconhecer ainda que, embora as grandes usinas siderúrgicas brasileiras já registrem índices de produtividade equivalentes aos das grandes usinas européias, muito se deve fazer ainda para elevar a eficiência dos serviços auxiliares da produção de aço.

O comércio de sucata, de grande influência na indústria do aço, continua subordinado a uma estrutura arcaica, de técnicas superadas e, por isso, incapaz de acompanhar o desenvolvimento da siderurgia nacional.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Siderurgia, no ano passado as usinas siderúrgicas consumiram 2,5 milhões de t de sucata. Prevê-se para os próximos anos um déficit que, em razão do primarismo das técnicas de comercialização, deverá ser coberto pela importação, especialmente dos Estados Unidos, onde existe grande excedente.

Finalmente, uma das pré-condições para o êxito de um programa de tamanha envergadura é a continuidade administrativa nas empresas. Infelizmente, uma das características da política administrativa das grandes empresas siderúrgicas é a descontinuidade. Basta lembrar que uma delas chegou a substituir 5 diretorias em um ano. Em sua curta existência, essa empresa registra a média de um presidente por ano. Dessa maneira, não será possível manter um ritmo de administração compatível com o arrojo da programação. Contudo, depois que o Governo teve a coragem de enfrentar as pressões regionais em favor de uma política nacional, é de se esperar a mesma firmeza contra as outras pressões políticas, responsáveis, em grande parte, por sua infeliz descontinuidade administrativa.

Metalurgia

Não foi possível reunir informações quantitativas sobre as indús-

trias metalúrgicas. Vale, porém, recapitular os principais acontecimentos relacionados com sua expansão.

A inauguração da usina de Poços de Caldas da Companhia Mineira de Alumínio (ALCOMINAS) representou acréscimo de 25 mil t na capacidade de produção de alumínio primário, elevando a capacidade instalada para 72 mil t e assegurando ao país auto-suficiência em alumínio dentro de dois anos.

Foram tomadas as primeiras medidas concretas para a expansão da indústria de cobre primário, em níveis compatíveis com a demanda interna. O grupo Pignatari, através da Caraíba Metais S. A., teve aprovado o seu projeto de implantação de um complexo industrial (lavra, tratamento, metalurgia e refino) para a produção de 70 mil t anuais de cobre primário. Em sua primeira etapa, a ser concluída em 1973, produzirá 35 mil t anuais, quando se espera o Brasil alcance auto-suficiência.

A Dow Química do Nordeste S. A. submeteu à apreciação do governo um projeto para a implantação de uma usina de magnésio no Centro Industrial de Aratu, na Bahia, com capacidade para 20 mil t anuais, assegurando não somente auto-abastecimento para a demanda interna, mas também a possibilidade de exportação. Entretanto, dúvidas existentes em relação às reservas de Carmópolis, Sergipe, têm retardado o início desse empreendimento.

Material de Transporte

A indústria de material de transporte deverá ter registrado crescimento da ordem de 15%.

A indústria automobilística deverá ter produzido pouco mais de 416 mil veículos e vendido quase 418 mil, terminando o ano com 3.324 veículos no pátio. Em 1969, foram produzidos 353 mil veículos, vendidos 349 mil, chegando ao final do ano com 5.038 veículos de estoque.

Indústria Automobilística Produção de Autoveículos (unidades) 1969-1970

	1969	1970
Automóveis para passageiros	273 733	249 913
Camionetas de uso misto	42 588	93 751
Utilitários	5 193	4 674
Camionetas de carga	21 938	25 256
Caminhões e ônibus	46 248	42 445
Total	353 700	416 039

Fonte: ANFAVEA

A produção de automóveis de passageiros tem sido a grande força propulsora da indústria automobilística brasileira. No ano passado, a produção desses veículos representou 60% das unidades produzidas, enquanto as camionetas de uso misto representaram 23% e caminhões, ônibus, camionetas de carga e utilitários 17%.

Três são os principais fatores responsáveis pelo crescimento da produção de automóveis no ano que passou. Em primeiro lugar, o próprio crescimento da economia brasileira. Segundo, maior agressividade comercial por parte das empresas montadoras; terceiro, a organização do mercado de crédito. Na opinião de alguns empresários o fator principal teria sido a estratégia de comercialização.

A produção de caminhões e ônibus vem declinando desde 1968, conforme se pode ver a seguir:

Anos	Unidades
1968	47 686
1969	46 248
1970	42 445

Na interpretação desse declínio, as opiniões se dividem: alguns empresários, mais otimistas, acham que se trata de fenômeno cíclico que se vem repetindo cada dois ou três anos; outros, entretanto, acreditam em crise estrutural cuja origem estaria no aperfeiçoamento dos tipos de caminhões e na melhoria das estradas, do que resultaram mais eficiência e produtividade com reflexos negativos no cresci-

mento da frota nacional de veículos de carga. Alega-se que, nas projeções de demanda de veículos comerciais, não se considerou o impacto da melhoria das condições de transporte que fez reduzir o tempo e aumentar o volume médio transportado por veículo.

Agrava ainda mais esta situação a desorganização do setor transportador e o fato de o controle das tarifas de frete não permitir remuneração compensadora. Menciona-se, especificamente, a queda de rentabilidade que está ocorrendo no transporte de passageiros por ônibus.

A produção nacional de autoveículos foi, no final do ano, profundamente prejudicada pelo incêndio na fábrica da Volkswagen do Brasil a 18 de dezembro, danificando, especialmente, as instalações de pintura. A empresa está utilizando as instalações da Chrysler, da Brasinca e da Toyota. Grande esforço vem sendo feito para superar os danos causados e para montar e pôr em funcionamento novas instalações. De tal forma que em janeiro último já se espera produção de 800 a 850 carros por dia, aumentando para 900 em fevereiro, 950 em março e 1.150 a 1.200 em abril, quando se terá atingido a plena capacidade.

A maioria das empresas montadoras de veículos prosseguiu, em 1970, com o programa de renovação. A FORD-WILLYS está preocupada com a modernização de suas instalações de fabricação de caminhões e tem um projeto para fabricar novo modelo de carro médio, tipo sedan, 4 portas, 6 passageiros. A GENERAL MOTORS desenvolve novos modelos de motores a gasolina e aumenta a produção de 14 para 20 motores por hora. Além disso, tem em fase final o projeto de fabricação de um carro de passageiro pequeno, tipo sedan, duas portas. A CHRYSLER estuda a produção de um novo modelo de automóvel tipo médio.

De acordo com os últimos dados do Sindicato Nacional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares, a indústria de auto-peças teria registrado, no período janeiro/

outubro, em relação a igual período do ano anterior, aumento da produção da ordem de 2%. O faturamento em termos reais teria crescido 3% para montagem e 16% para reposição. Ainda segundo a mesma fonte, o nível de emprego terá registrado queda de 4%.

A produção nacional de tratores alcançou, até novembro, 15.244 unidades. Em 1969, foram produzidas 9.963 unidades. Considera-se superada a crise de comercialização que forçou a indústria brasileira de tratores a operar, no ano passado, com capacidade ociosa de mais de 50%. Tais resultados provêm da nova orientação governamental em relação à produção de tratores, concedendo isenção do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre circulação de mercadorias, novas linhas de crédito e outras medidas para facilitar a comercialização. Considera-se, porém, que existem alguns problemas a serem superados. Dentre eles as empresas mencionam como o mais importante o da taxa de juros.

A indústria de construção naval teve um ano satisfatório, executando contratos de construção da ordem de 510 mil t.

De acordo com os dados da SUNAMAM, as embarcações entregues somaram 133.283 TPB, dos quais 42.350 TPB pela Verolme, 36.100 pela Ishikawajima, 28.300 pela CCN. Foram ainda lançadas embarcações num total de 127 mil t e assinados novos contratos totalizando cerca de 145 mil t. Para este ano é previsto o lançamento de cerca de 213 mil TPB.

Transformação de minerais não-metálicos

A indústria de transformação de minerais não-metálicos deverá ter registrado aumento da ordem de 17%, se mantida a mesma situação do período janeiro-novembro.

Cimento — Nesse mesmo período a produção de cimento foi de 8.157 mil t, correspondendo a 15% de aumento em relação à produção de igual intervalo do ano anterior.

Produção de Cimento

anos	1.000 ton.
1968	7 281
1969	7 823
1970 (janeiro-novembro)	8 157

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento.

No ano findo se registrou acréscimo na capacidade de produção da ordem de 1.366 mil t anuais, devendo ainda, nos primeiros meses de 1971, registrar-se novo aumento de pouco mais de um milhão de t/ano e com isso ultrapassar uma capacidade instalada de 10 milhões de t anuais.

Além disso, verificou-se sensível melhoria tecnológica com a utilização da via seca e de melhor escala de produção, já que a média por unidade de produção passou para 1.000 t por dia.

Para este ano, é de se esperar preocupação ainda maior com a escala de produção. Prevê-se a instalação de grandes centrais de cimento e/ou de clínquer junto às fontes de matéria-prima, acopladas a redes de silos ou moagem junto aos centros de consumo, tendo em vista minimizar os custos de transporte e a difusão da venda a granel.

Cerâmica — Em 1970 verificou-se grande expansão da produção de azulejos não só em quantidade, mas também em variedades de produtos. Como prova da melhoria da qualidade do produto nacional, algumas empresas começaram a exportar para a América do Norte.

Segundo a Associação Brasileira de Cerâmica, a produção foi de ... 26.495 mil metros quadrados, cerca de 30% mais que em 1969. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao desenvolvimento do Plano Nacional de Habitação.

É muito possível que o Brasil inicie também a exportação de ladrilhos e pisos, cuja produção se encontra em franca expansão e em acelerado processo de modernização.

Vidro — De acordo com informações do Ministério da Indústria e do Comércio, a produção de vidro plano deverá registrar diminui-

Tabela IV — Vendas de Aparelhos Eletrodomésticos e de Aparelhos Eletrônicos de Uso Doméstico — Janeiro/Novembro de 1969/70 (Milhares de Unidades Efetivamente Faturadas)

APARELHOS	1969	1970
Aparelhos de ar condicionado	56	47
Aspiradores de pó	51	48
Auto-rádios	405	490
Batedeiras de bôlo	93	96
Enceradeiras	198	217
Exaustores	23	21
Ferro de engomar automáticos	255	273
Fonógrafos e Radiofonógrafos	244	287
Grills	9	11
Liquidificadores	387	398
Rádios transistorizados	1 013	1 265
Rádios a válvulas	14	3
Refrigeradores	475	452
Televisores	662	730
Tostadores	1	5
Ventiladores domésticos	151	127

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

ção da ordem de 2%, já que nos primeiros 11 meses do ano se produziram 10.327 mil metros quadrados, contra 10.498 mil no mesmo período de 1969.

Material Elétrico

Ainda não são disponíveis os dados de produção da indústria de material elétrico e de comunicações. A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, entretanto, divulga regularmente informações sobre as vendas de aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos de uso doméstico, segundo os quais é possível fazer idéia aproximada do comportamento dessa indústria.

De acordo, portanto, com a ABINEE, de janeiro a novembro de 1970 foram vendidos 1.696 mil aparelhos eletrodomésticos e 2.775 mil aparelhos eletrônicos de uso doméstico, contra 1.699 mil e 2.338 mil, respectivamente, em igual período de 1969. A tabela IV mostra como se distribuíram essas vendas.

O clima geral na indústria de material elétrico e eletrônico é de otimismo. Há dois anos que essa indústria registra acentuado ritmo de expansão e vem mantendo crescente volume de investimentos, conforme demonstra a tabela V.

Tabela V — Equipamentos Elétricos e Eletrônicos - Projetos Aprovados Pelo GEINEE — 1968-1970

Ano	N.º de Projetos	Valor (Cr\$ 1 000)
1968	46	81 741
1969	66	85 193
1970	58	96 189

Fonte: Conselho do Desenvolvimento Industrial — Ministério da Indústria e do Comércio.

Química

A indústria química é, provavelmente, o gênero de maior dinamismo do parque manufatureiro nacional.

Os dados quantitativos disponíveis no momento não permitem apreciação mais profunda. Já é conhecido, apenas, o volume de petróleo bruto refinado pela Petrobrás, que registrou crescimento de 10% no período janeiro/novembro, com 24 203 mil metros cúbicos de óleo cru, processados, contra 12 208 mil em igual período de 1969; a produção de polietileno atingiu 26 334 t, contra 23 025 no mesmo período de 1969; a de polistireno 22 489 t, contra 22 303.

Dois acontecimentos merecem referência especial: a inauguração do complexo petroquímico da Union Carbide do Brasil em Cubatão, São Paulo, para a produção do etano, acetileno, benzeno, cloreto de vinila e polietileno; a do complexo industrial da Ultrafertil S. A. na baixada santista para a produção de amônia, ácido nítrico de amônio, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, fosfato di-amônico e fórmula NPK.

Esses empreendimentos, junto com as unidades da Petroquímica União e da Petrobrás, formaram um conjunto petroquímico responsável por 1.100 mil t anuais de matérias-primas básicas orgânicas e aromáticas.

Para este ano são previstos novos empreendimentos de alta significação, como o lançamento das bases definitivas de um conjunto petroquímico na Bahia; lançamento das bases para a indústria de fertilizantes, onde se destaca a exploração das jazidas de sais de potássio de Sergipe, a implantação de uma unidade para a síntese de amônia a partir do gás natural do recôncavo baiano; uma unidade para a produção de fertilizantes complexos em Pernambuco e, finalmente, o aproveitamento das jazidas de apatita de Araxá, Minas Gerais.

Papel e Celulose

De acordo com os dados do Ministério da Indústria e do Comércio, em 1970 produziram-se 306 665 t de celulose, registrando-se incremento da ordem de 49%, já que, em 1969, a produção foi de 206 404 t. A produção de papel para escrever montou a 103 610 t (74 821 t em 1969); e a de papel para impressão, exclusive jornal, foi de 89 583 t, contra 84 806 t em 1969.

Madeira

Os únicos dados disponíveis sobre a produção de madeira são os de exportação. Como se pode verificar na tabela VI, as exportações de madeiras serradas, preparadas e de móveis, de janeiro a novembro,

Tabela VI — Exportação de Madeira — Janeiro-Novembro de 1969/70 — (Toneladas)

Discriminação	1969	1970	Variação (%)
Madeira de pinho serrado	551 720	471 525	— 14,5
Madeira de pinho, exclusive em toras e em tábuas serradas	22 576	25 338	12,2
Madeiras diversas, em toras e serradas	158 794	166 864	5,1
Madeiras artificiais	24 632	36 028	46,3
Madeiras compensadas	5 665	8 324	46,9
Madeiras laminadas	20 703	18 422	— 11,0
Madeiras preparadas	2 462	49	— 98,0
Móveis de madeira e acessórios	160	409	155,6
Pasta de madeira	22 237	35 178	48,2

Fonte: Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior.

aumentaram substancialmente em 1970, salvo as de pinho serrado, madeiras laminadas e madeiras preparadas. Vale ressaltar que as exportações de móveis passaram de 160 t em 1969 para 409 t em 1970.

A produção de chapas de madeira aglomerada, iniciada no Brasil em 1953, adquiriu grande impulso nos últimos anos, na medida em que vai substituindo os compensados.

A capacidade de produção dessas chapas, que em 1969 era de 175 031 m³ por ano, passou em 1970 a 371 181 m³, devendo atingir 420 669 m³ em 1971.

Borracha

De acordo com o Ministério da Indústria e do Comércio, a produção de pneumáticos, no período janeiro/novembro, foi de 7 684 mil peças contra 6 318 mil em igual período de 1969. A produção de câmaras-de-ar, no mesmo período, passou de 4 229 mil para 4.538 mil.

Tabela VII — Exportação de Produtos Têxteis — Janeiro/Novembro de 1969/70

Discriminação	Toneladas		US\$ 1 000	
	1969	1970	1969	1970
1. Fios de algodão	2 491	5 460	2 366	5 126
2. Tecidos comuns de algodão	2 196	7 489	3 180	8 448
3. Cordoalha, cabos e cordéis de sisal	11 184	14 068	2 100	2 632
4. Tecidos de juta	10 559	2 531	5 354	1 360

Fonte: Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior.

Indústria Têxtil

Embora modesto o crescimento da indústria têxtil, se compararmos a situação do ano passado com a de 1969, podemos considerar 1970 um ano de resultados animadores.

Na verdade, e segundo o Ministério da Indústria e do Comércio, apenas a produção de tecidos de fios artificiais registrou forte ritmo de expansão, produzindo 82 777 mil m entre janeiro e novembro, contra 71 249 mil em igual período de 1969, um aumento, portanto, de 16%. A produção de tecidos de algodão e de lã, no mesmo período, somou 4 824 mil m, quando, em 1969, já atingia 5 401 mil.

O principal fator responsável pela recuperação dessa indústria foram os estímulos concedidos à exportação. Com efeito, comparando-se as exportações de fios e tecidos de algodão dos primeiros 11 meses, verifica-se que elas passaram de 5,5 milhões de dólares em 1969 para 13,6 milhões no ano passado.

Outros fatores também contribuíram para essa reversão de tendência na indústria têxtil:

Nos últimos dez anos, o de 1970 — na opinião de alguns empresários — foi o de comercialização mais serena e tranqüila. Considera-se terminado o período de ajustamento à fase de inflação controlada. Como exemplo, menciona-se que os prazos de venda, que chegaram a 180/220 dias, se aproximam gradualmente de 60 dias. Se a isso adicionarmos a prorrogação do prazo para recolhimento do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre circulação de mercadorias, podemos concluir porque a indústria teve também menor dificuldade de crédito. Por outro lado, as pressões fiscais não foram tão perturbadoras. A nova legislação já tem doutrina e jurisprudência, reduzindo, assim, as áreas de atrito entre fisco e contribuinte.

O principal problema do setor em 1970 foi a elevação violenta do preço do algodão, que chegou a dobrar em poucos meses. O comportamento do preço dessa fibra preocupa os industriais, receiosos de que isso venha a deslocar o tecido brasileiro da competição internacional. Alguns setores reclamam ainda, que, em razão da velocidade com que aumenta o preço da principal fibra utilizada pela indústria, o controle de preços não está permitindo rentabilidade satisfatória.

No que diz respeito à exportação, é importante salientar que a indústria têxtil, com apoio na política governamental de incentivos, vem substituindo a velha mentalidade especulativa por uma verdadeira consciência de exportação em que a preocupação fundamental é a continuidade e qualidade sempre melhorada. Acredita-se que a indústria têxtil brasileira tem condições para manter-se em boa posição no mercado internacional. Alguns empresários vão a ponto de lembrar que essa indústria se deve organizar para ocupar os mercados que estão sendo abandonados pela indústria européia e americana, já que elas não podem competir, em preços, com a dos países em desenvolvimento. Para tanto,

■ julgam, o principal obstáculo não reside na própria indústria têxtil, mas no custo do frete marítimo. A propósito, vale lembrar que a situação aqui é semelhante à da indústria siderúrgica, já comentada.

Calçados

■ De acordo com o Ministério da Indústria e do Comércio, a produção de calçados para homens aumentou de 11 643 mil pares em 1969 para 13 167 mil em 1970, enquanto a de calçados para senhora passou de 9 191 mil para 10 821 mil.

Esse acréscimo deve-se principalmente à expansão das exportações, que passaram de 1,5 milhão de dólares no período janeiro/novembro de 1969 a 6,9 milhões em igual período de 1970. Enquanto nos primeiros 11 meses daquele ano se exportaram 581 t de calçados, no período correspondente de 1970 chegou-se a 1 920 t. O desenvolvimento das exportações é o principal estímulo à renovação de um parque industrial obsoleto, mediante a aquisição de equipamentos que permitam produção razoavelmente mecanizada.

O governo e as empresas estão firmemente empenhados na substituição da mentalidade artesanal, que até agora tem sido a principal característica dessa indústria, pela de produção em escala industrial. Pretende-se aumentar a produtividade através de adequada utilização do equipamento, reduzir os custos operacionais mediante a produção em série e melhorar o aproveitamento da capacidade de produção instalada. Para tanto, grande esforço está sendo feito para o ingresso do calçado brasileiro no mercado internacional. O objetivo é colocar de 40 a 50% da produção nacional no exterior.

Com essa intenção foi criado um consórcio, "Corporação de Produção e Exportação de Sapatos", sob os auspícios do Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de São Paulo, aberto a todos os produtores do país com a finalidade de conquistar novos mercados para a indústria nacional de calçados. A primeira preocupação foi o

mercado norte-americano, mas um grande esforço está sendo feito na África e na União Soviética.

Produtos Alimentares

São ainda muito escassas as informações sobre o desempenho da indústria de produtos alimentares. Contudo, os resultados preliminares fazem acreditar que 1970 foi um ano de expansão satisfatória.

O principal obstáculo ao desenvolvimento da industrialização de alimentos continua sendo a falta de resposta do setor agrícola aos estímulos da demanda. A escassez de matérias-primas é a principal limitação ao aumento da produção de óleos e gorduras comestíveis, beneficiamento, torrefação e moagem de produtos alimentares e conservas alimentícias, sendo que a situação se agravou também em razão da falta de capital de giro.

De acordo com os dados da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, entre janeiro e novembro de 1970, as exportações de alimentos industrializados atingiram 81,2 milhões de dólares, contra 65,2 milhões em 1969. Desse total 49% foram de café industrializado; 19% carne de boi industrializada, extratos e sucos de carne, vísceras e outros miúdos preparados; 17% sucos de frutas; 2,5% farinhas e féculas; os 12,5% restantes se distribuíram entre os demais produtos.

Bebidas e Fumo

Na indústria de bebidas, ao que tudo indica, o setor mais dinâmico foi o da produção de cerveja. No período janeiro/novembro, de acordo com o Ministério da Indústria e do Comércio, produziram-se 718 milhões de litros de cerveja, contra 693 milhões em igual período de 1969.

Um dos acontecimentos mais importantes na produção de cerveja foi a inauguração da Companhia Bahiana de Cervejas, associada ao grupo Carlsberg da Dinamarca, que, ainda este ano, deverá lançar no mercado uma produção de 30 milhões de litros.

Anunciada para 1970, deverá entrar no mercado este ano a cerveja enlatada e em novo tipo de garrafa que não precisará ser devolvida.

A produção de cigarros foi de 63,9 milhões de milheiros no período janeiro/novembro, registrando um aumento de 5,8% em relação a igual período de 1969, quando foram produzidos 60,4 milhões de milheiros.

Reformulação da Política de Desenvolvimento Industrial

Ao final do ano, com a intenção de ajustar a política de desenvolvimento industrial aos objetivos do Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo, procedeu-se ao reexame da legislação vigente, da sistemática de aplicação da política de incentivos e da organização do Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Os Novos Objetivos

Três são os objetivos básicos da nova política de desenvolvimento industrial: o primeiro, criar um sistema econômico de equilíbrio, de um lado, entre governo e setor privado, e, de outro, entre grandes, médias e pequenas empresas; o segundo, o desenvolvimento da empresa nacional onde ela demonstrar suficiente "know-how" e capacidade gerencial e de investimento; e o terceiro, compatibilizar eficiência e crescimento acelerado.

Com vistas ao primeiro, a intenção é manter a presença da empresa privada estrangeira em proporção que assegure, de forma continuada, a viabilidade econômica e política do sistema. Para tanto, previram-se medidas efetivas para a preservação de um setor privado ativo, atento às oportunidades de investimento e que atue no mercado internacional competitivamente quanto à qualidade e aos preços. Não se pretende — e isto está evidente tanto nas "Metas e Bases para a Ação do Governo", como nos documentos do Ministério da Indústria e Comércio —

criar obstáculos à atuação das empresas estrangeiras nos diferentes ramos da indústria. Procurar-se-á, entretanto, orientar seus novos investimentos para setores onde a empresa nacional não apresente as condições necessárias para operar com eficiência. Além disso, pretende-se induzir a empresa estrangeira a acelerar a transferência de tecnologia e a aumentar sua contribuição para o balanço de pagamentos do país, seja pela economia de divisas na efetiva substituição de importações, seja pelo estímulo ao reinvestimento, seja, principalmente, pela expansão das vendas no exterior.

Em relação às pequenas, médias e grandes empresas, o que se procura é assegurar adequada combinação com base em critérios de eficiência e interesse público.

Para a grande empresa reservam-se as áreas de importância substancial da economia e de considerável refinamento tecnológico; para a média e pequena empresa, de empresariado ainda em estágio de maturação, ficaram as áreas de menor significação das economias de escala. Tais empresas, porém, funcionarão como instrumento de democratização da riqueza.

O desenvolvimento da empresa nacional é uma das condições de viabilidade do sistema, reconhecendo-se ser indispensável que não lhe falte capacidade para modernizar-se e para operar com eficiência. As medidas preconizadas visam fortalecer-lhe o poder de competição no mercado interno e permitir-lhe expansão para o exterior.

A principal característica dessa nova política é a preocupação por custos e eficiência. Poder-se-ia mesmo afirmar que aqui está a essência da nova estratégia de desenvolvimento industrial, já que, no fundo, todas as medidas visam a reorganização e modernização de setores industriais, a fim de fortalecer-lhes o poder de competição e permitir-lhes a expansão para o exterior.

O que se conclui dos critérios básicos de utilização dos novos instrumentos específicos de desenvolvimento industrial é: exigência

de escalas mínimas de produção eficiente; índices de nacionalização que não signifiquem a perda do poder de competição internacional; tarifas alfandegárias decrescentes, no tempo, segundo prazos pré-estabelecidos; adoção de mecanismo que compatibilize a política de componentes importados com a redução progressiva de custos, nos setores que ainda não houverem alcançado níveis razoáveis de eficiência.

Os estímulos oficiais serão, a partir de agora, manipulados com a intenção de assegurar a incorporação sistemática de novos padrões de eficiência que permitam não só a ampliação do mercado interno, mas também a conquista dos mercados externos. Ao lado dessa preocupação, acentua-se a necessidade de assegurar o desenvolvimento harmônico do parque industrial brasileiro, evitando-se distorções que conduzam ao crescimento excessivo de certos setores, com prejuízo para o conjunto.

Para a consecussão destes objetivos instituiu-se um sistema de políticas industriais setoriais através das quais os estímulos serão aplicados não mais em projetos individuais, mas em setores efetivamente correntes de força propulsora. Os princípios básicos que orientaram essa revisão da política de desenvolvimento industrial foram os seguintes:

1. a responsabilidade básica na execução dos projetos de desenvolvimento industrial caberá à empresa privada;

2. a empresa privada nacional será a célula nuclear de um desenvolvimento industrial autônomo e especial atenção será dada a seu fortalecimento;

3. a responsabilidade de execução direta pelo governo de qualquer projeto específico só será contemplada quando se esgotarem as possibilidades de sua execução por empresas privadas;

4. a ação indireta do Estado sobre o desenvolvimento industrial orientar-se-á para a criação de um ambiente econômico institucional e social favorável, pela oferta ade-

quada de serviços governamentais essenciais à ação ágil e segura das empresas privadas;

5. a produção industrial deverá realizar-se a níveis apropriados de custos e competitividade e organizada de maneira a absorver rápida e eficientemente o desenvolvimento tecnológico e administrativo externo e interno;

6. a elaboração das engenharias de "produto" e de "processo" e a fabricação de bens de capital constituirão os fatores dinâmicos e estratégicos para o desenvolvimento industrial a longo prazo.

Os Novos Incentivos

O Brasil já tem longa tradição de utilização de incentivos fiscais e creditícios para a promoção do desenvolvimento industrial. Sobre tudo nas duas últimas décadas eles se revelaram dos mais eficazes instrumentos da política econômica.

Agora, entretanto, duas medidas se vinham tornando imperativas para que se continuasse a manter o mesmo nível de eficiência. A primeira era a consolidação de uma legislação esparsa cuja aplicação uniforme e racional já se ia tornando difícil. A segunda, a análise da experiência adquirida com o funcionamento do mecanismo de concessão para ajustá-lo à nova política de industrialização de forma a assegurar ação coordenada e coerente, como a iniciativa privada sempre exigiu desde a origem do Grupo Executivo da Indústria Automobilística.

Com o objetivo de disciplinar os incentivos fiscais e creditícios e de fixar regras estáveis e compatíveis com a liberdade de iniciativa, consolidou-se toda a legislação de incentivos no Decreto-lei nº 1.137, de 7 de dezembro de 1970, os quais passaram a ser os seguintes:

1. isenção do imposto de importação de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, acessórios e ferramentas, sem similar nacionais, bem como de partes complementares à produção nacional. Uma das inovações mais salutares é que essa isenção inde-

pende de ser declarada pelo Conselho de Política Aduaneira;

2. isenção do imposto sobre produtos industrializados sobre os bens mencionados no item anterior;

3. o direito de crédito do imposto sobre produtos industrializados, relativos a máquinas, aparelhos e equipamentos, de produção nacional, inclusive quando adquiridos de comerciantes não contribuintes do referido imposto, destinados à sua instalação, ampliação ou modernização e que integrem o seu ativo fixo, de acordo com as diretrizes gerais da política de desenvolvimento econômico do país;

4. depreciação acelerada sobre os bens de fabricação nacional para efeito de apuração do imposto de renda;

5. apoio financeiro preferencial, por entidades oficiais de crédito, obedecida a política financeira e creditícia do governo e atendidos os dispositivos estatutários das entidades financiadoras;

6. registros de financiamentos ou de investimento estrangeiro, obedecidas as normas baixadas pelas autoridades monetárias e cambiais;

7. concessão de prioridade para exame, pelo Conselho de Política Aduaneira, de alteração de alíquotas aduaneiras, com o objetivo de estimular e amparar a indústria nacional.

Entre as inovações introduzidas nessa consolidação, vale destacar:

a) até então, os incentivos à formação de capital eram orientados para a importação de maquinaria e equipamentos. A nova legislação mantém as isenções dos impostos de importação, sobre produtos industrializados e de circulação de mercadorias na importação e institui o crédito do imposto sobre produtos industrializados e do imposto sobre circulação de mercadorias, taxas de depreciação acelerada sobre maquinaria e equipamento de produção nacional, com o que assegura à indústria nacional de bens de produção condições melhores de desenvolvimento. Consciente de que o estímulo da substituição de importação não é mais a

mola impulsora do crescimento industrial, salvo quando restrita a certas áreas de alta tecnologia, o atual governo busca propiciar nova onda de expansão industrial, na presente década, pela via da conquista de mercados externos e ampliação de mercados internos. É este o objetivo a lograr através do aumento de produtividade e redução de custos reais de oferta;

b) a outra inovação de elevado sentido é a permissão para que os projetos aprovados se beneficiem, isolada ou cumulativamente, de todos os incentivos instituídos.

O programa governamental prevê, ainda, para o corrente exercício, o seguinte:

a) medidas especiais para fornecer capital de giro a um taxa de juros extremamente razoável, para que a indústria nacional possa libertar-se da estrutura defeituosa de seu capital e, dessa forma, capitalizar-se;

b) redução gradativa das tarifas alfandegárias;

c) aumentar para 90 dias o prazo de recolhimento do IPI para todos os produtos industrializados, com exceção de bebidas, automóveis e fumo. O prazo de 120 dias para os setores siderúrgico, têxtil e de calçados será mantido;

d) criação de novas linhas de crédito para financiamento da compra de máquinas e equipamentos nacionais na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDE, a prazo entre 5 e 10 anos, com carência de 1 a 2 anos, juros reais entre 7 e 9%, e utilização de recursos do Programa de Integração Social.

Fundo de Modernização e Reorganização Industrial

O principal instrumento da política de fortalecimento da empresa nacional é o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial criado pelo Decreto nº 67.323, de 2 de outubro de 1970, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para financiar a reorganização e a modernização de setores e empresas industriais brasileiras, com vistas à melhoria da eficiência e conseqüente aumento do poder de competição das empresas, dentro do Programa de Modernização e

Reorganização da Indústria Nacional definido pelo Governo.

O objetivo fundamental do FMRI é a implantação de uma política tecnológica e de "management" que permita à empresa nacional modernizar-se e operar em escala de produção adequada.

Para tanto, pretende-se ajudar a empresa brasileira a adquirir poder de competição, desenvolvendo progressivamente o maior número possível de empresas viáveis, capazes de enfrentar a competição econômica e tecnológica, internacionalmente.

São financiáveis com recursos do FMRI as operações, inclusive as de caráter meramente financeiro, que tenham como objetivo:

1. a reorganização administrativa, aí compreendidas as despesas com estudos e a implantação de planos destinados a atualizar os sistemas de controle, de informações e de decisões da empresa;

2. a reformulação do processo de produção, incluindo as obras, instalações e equipamentos necessários à atualização do sistema produtivo;

3. a adequação do sistema de comercialização com os requisitos necessários para dotá-lo de eficiência e agressividade;

4. a formação de nível apropriado de capital de giro indispensável às operações regulares da empresa;

5. as operações relativas à fusão, incorporação, associação ou liquidação de empresas, desde que se destinem a atender ao objetivo principal do Fundo.

As atividades do FMRI visarão preferencialmente à reorganização das indústrias denominadas tradicionais. Porém outros setores e empresas industriais poderão ser atendidos desde que apresentem deficiências de organização e produtividade, de atividades de "engineering", reorganização administrativa, elaboração de projetos, estudos e pesquisas.

O apoio financeiro do FMRI poderá realizar-se: a) em inversões fixas; b) liquidação de passivo oneroso quando se verificar que isto é necessário e suficiente, isoladamente ou em conjunto com outras

medidas, para dar solução aos problemas da empresa; c) despesa com a liquidação de empresa ou programas, ou projetos de pesquisa industrial aplicada que visem ao aprimoramento tecnológico ou ao estabelecimento que se mostre irrecuperável; d) financiamento de desenvolvimento do produto; e) financiamento de pesquisas e estudos que tenham objetivos idênticos às finalidades do Fundo.

O BNDE, de seu orçamento próprio, destinará ao FMRI 200 milhões de cruzeiros em 1971; 200 milhões em 1972, 250 milhões em 1973 e 300 milhões em 1974, ou seja, 950 milhões nos próximos 4 anos. Além disso, o Fundo contará com recursos externos e internos de outras fontes suplementares àquelas dotações originais.

Em síntese, o FMRI destina-se a melhorar a competitividade das indústrias tradicionais com as empresas multinacionais já instaladas no país e, sobretudo, melhorar a relação capital-produto que havia sido substancialmente acrescida no auge do processo substitutivo de importações mas que a obsolescência e depreciação de equipamentos após 11 anos de uso terminariam fatalmente por deteriorar. É preciso não esquecer que as altas taxas de crescimento obtidas no decênio de 1950 pelo setor industrial eram em grande parte fruto do processo de modernização em curso, fazendo baixar a relação capital-produto.

Através de melhoria nas estruturas de custos de certos setores industriais, pretende-se alargar o mercado interno e conter o processo inflacionista. Tanto é assim que o FMRI se destina a prover soluções globais para problemas estruturais de certos ramos industriais e não a constituir-se em pronto-socorro para suprir soluções de curto prazo.

Reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Industrial

Para o uso racional do novo instrumental estimulador do desenvolvimento industrial, tornou-se necessário reformular o Conselho de Desenvolvimento Industrial. Essa reformulação teve dois obje-

tivos fundamentais: a) separar a análise sistemática de informações setoriais da análise de viabilidade técnico-econômica dos projetos; e b) reduzir sensivelmente o prazo de análise de projetos.

De acordo com o Decreto número 67.706, de 6 de dezembro de 1970, as atribuições do CDI passaram a ser as seguintes:

a) selecionar periodicamente os setores industriais prioritários para o desenvolvimento, de acordo com a evolução da economia e a programação global do governo;

b) definir a política de desenvolvimento industrial estabelecendo programas e condições para a sua implementação;

c) adotar as providências necessárias para compatibilizar os planos regionais de desenvolvimento industrial com os programas e políticas nacionais de desenvolvimento industrial, estabelecidos na forma do item anterior, objetivando o máximo rendimento econômico das atividades industriais.

Presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, o CDI é constituído pelos Ministros do Planejamento, Fazenda, do Interior, das Minas e Energia; do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, dos Presidentes do Banco Central, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, assim como dos Presidentes das Confederações da Indústria e do Comércio.

A Secretaria Geral do CDI sofreu profunda reformulação. Agora, o seu objetivo é coordenar os estudos necessários à aplicação da política industrial traçada pelo Plenário e para a concessão dos estímulos previstos na legislação pertinente.

A essência da reformulação da Secretaria Geral está na criação de um único Grupo de Estudos de Projetos para analisar e avaliar os pedidos de concessão de incentivos enviando parecer conclusivo ao Ministro para sua consideração, e a instituição de Grupos Setoriais com as seguintes atribuições:

I — realizar análise dos setores sob sua jurisdição para promover a adequação dos instrumentos de po-

lítica econômica aos objetivos e metas do desenvolvimento industrial e a formulação de programas específicos;

II — realizar os estudos que lhe forem atribuídos pela Secretaria Geral do CDI;

III — acompanhar e controlar a execução dos projetos industriais beneficiados pelos incentivos administrados pelo Ministério da Indústria e do Comércio;

IV — fornecer ao Grupo de Estudos de Projetos todas as informações setoriais necessárias para a avaliação dos pedidos de incentivos submetidos ao Ministério da Indústria e do Comércio.

Foram criados os seguintes Grupos Setoriais:

1. Indústrias de bens de capital;
2. Indústrias metalúrgicas básicas;
3. Indústrias químicas e petroquímicas;
4. Indústrias de produtos intermediários metálicos;
5. Indústrias de produtos intermediários não metálicos;
6. Indústrias automotivas e seus componentes;
7. Indústrias de bens de consumo durável;
8. Indústrias de bens de consumo não durável.

Essa estrutura não é permanente, pois, na medida que o Plenário redefinir os setores industriais prioritários, o Ministro da Indústria e do Comércio poderá criar ou reestruturar Grupos Setoriais visando à consecução das metas estabelecidas na programação global do governo.

De acordo com o novo sistema, caberá ao Grupo de Estudos de Projetos a análise e avaliação dos pedidos de concessão de incentivos para a realização de projetos industriais; a concessão dos incentivos e a fixação das condições a serem cumpridas pelos beneficiários passou a ser atribuição do Ministro da Indústria e do Comércio; a Secretaria Geral emitirá a declaração para a efetivação dos incentivos fiscais, nas licenças de importação e a declaração da concessão de benefício de depreciação acelerada sobre os bens de fabricação

nacional; e, finalmente, os Grupos Setoriais farão o acompanhamento e o controle dos projetos industriais beneficiados.

Em síntese, a nova política de desenvolvimento industrial reflete adequadamente os problemas do

desenvolvimento brasileiro. Esses objetivos e diretrizes de política tratam do aumento do poder de competição das empresas nacionais, do fortalecimento da empresa privada, de maior nível de emprego na indústria, da importação de

tecnologia e do desenvolvimento de tecnologia própria, da criação de novos setores de produção industrial orientados para o mercado externo e da complementação e integração do parque industrial já existente.

EXPORTAÇÕES: 16 MILHÕES DE DOLARES

Como indústria integrada de petróleo, mais particularmente na atividade de refino, a PETROBRAS vem dando aproveitamento máximo à sua capacidade instalada, de sorte a atender a demanda do mercado nacional e a possibilitar a exportação de produtos derivados do petróleo processado.

Em 1970, a PETROBRAS promoveu a exportação de querosene para iluminação, óleo diesel, óleo combustível e parafina, atingindo o significativo valor de 16 milhões de dólares. A conjuntura de preços, principalmente no hemisfério norte, favoreceu a exportação do excedente de produção.

O valor alcançado pela exportação de derivados, em 1970, é considerado bastante sugestivo,

se comparado com os dos anos de 1968 e 1969, em que as exportações somaram, respectivamente, 220 mil dólares e 4,9 milhões de dólares.

Resalte-se, ainda, que parte do produto exportado em 1970 foi transportado com a participação dos navios da FRONAPE, pertencente à Empresa, circunstância que, por sua vez, possibilitou receita adicional de fretes de 2,3 milhões de dólares aproximadamente.

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A.

GASTÃO VIDIGAL (FUNDADOR)

FUNDADO EM 1938

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio da Costa Bueno Presidente

Capital	Cr\$ 91.162.500,00
Aumento de Capital	Cr\$ —
Reservas	Cr\$ 60.741.177,65
Lucro não distribuído	Cr\$ 1.207,86

Antônio Aymoré Pereira Lima, Caio de Alcântara Machado, Dario Freire Meirelles, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Eduardo Caio da Silva Prado, Francisco de Paula da Costa Carvalho, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Henrique Sérgio Gregori, Lucas Nogueira Garcez, Mauro Lindenberg Monteiro, Nicolau Moraes Barros Filho, Severo Fagundes Gomes, Vasco T. Leitão da Cunha

218 Agências distribuídas nos seguintes Estados: — São Paulo — Bahia — Ceará — Goiás — Guanabara — Mato Grosso — Minas Gerais — Paraíba — Pará — Paraná — Pernambuco — Rio Grande do Sul — Rio de Janeiro — Santa Catarina e no Distrito Federal.

RESUMO DO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

ATIVO			PASSIVO		
	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
Em caixa e depositado no Banco do Brasil S.A.		43.142.096,67	Capital	91.162.500,00	
Empréstimos		507.384.736,73	Aumento de Capital	—	
Outros Créditos			Reservas	60.741.177,65	151.903.677,65
Banco Central-Recolhimento Compulsório	56.228.532,75		Depósitos		653.786.369,36
Agências e Correspondentes	368.961.582,77		Outras Exigibilidades		
Outras Contas	92.018.869,47	517.208.984,99	Agências e Correspondentes	327.530.932,93	
			Outras Contas	50.497.732,94	
Valores e Bens			Obrigações (Especiais)	—	
Titulos à ordem do Banco Central	80.621.900,72		Redescontos	—	
Outros valores e bens	23.979.210,80	104.601.111,52	Obrigações por Refinanciamentos e Repasses Oficiais	26.831.106,69	
Imobilizado		83.309.109,75	Outras Contas	40.048.485,01	444.908.257,75
Resultado Pendente		1.035.918,95	Resultado Pendente		6.083.654,03
Contas de Compensação		489.194.604,44	Contas de Compensação		489.194.604,44
		1.745.876.563,05			1.745.876.563,05

São Paulo, 5 de janeiro de 1971. — Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, Diretor Presidente; Luiz de Paula Figueira, Diretor Vice-Presidente — Diretores Gerentes: Oswaldo Morelli, Rubens Opice, Alpheu Amaral, Gastão Vidigal Baptista Pereira. — Diretores Executivos: Ariovaldo Aily, Fábio Luiz Alves Lima — Geraldo Machado — Edmundo Arveno Phelippe Laurito, Contador C. R. C. 12.442 - Cadastro Geral de Contribuintes. Inscrição n.º 61.063.421.



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

ITAÚ

RUA BOA VISTA, 176 - SÃO PAULO

BANCO ITAÚ DE INVESTIMENTO S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

Carta Patente 1.036/66
C.G.C. 61.532.644

ativo			passivo		
	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
DISPONÍVEL			NÃO EXIGÍVEL		
Em Depósito no Banco do Brasil		3.326.032,30	Capital	36.000.000,00	
REALIZÁVEL			Aumento de Capital	18.000.000,00	
Empréstimos c/ Correção Monetária	300.000,00		Fundo de Reserva Legal	2.940.737,58	
Devedores p/ Financiamento - Capital de Giro	95.504.624,55		Fundo de Amortização de Móveis e Utensílios	55.562,45	
Devedores p/ Financiamento - Fíname	934.927,68		Fundo de Reservas Especiais	21.426.000,00	78.422.300,03
Ações e Obrigações Banco Central C/ Aumento de Capital	487.448,00		EXIGÍVEL		
Acionistas - Contas de Capital a Realizar	17.512.552,00		Títulos Cambiais c/ Paridade Cambial - Res. 63	571.823,20	
Letras de Câmbio	71.330.006,44		Depósito a Prazo Fixo c/ Correção Monetária	218.827.765,47	
Títulos de Dívida Pública	71.699.155,36		Dividendos a Pagar	1.620.000,00	
Outros Créditos	8.814.661,36	319.678.970,04	Refinanciamento - FINAME	725.778,63	
IMOBILIZADO			Outros Créditos	23.282.780,16	245.028.147,46
Móveis e Utensílios		466.526,48	CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES		21.081,33
CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES			CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Comissões	—		Fundo Itaú - 157	109.655.259,46	
Despesas Gerais	—		Fundo Itaú de Investimento	252.249.946,19	
Impostos	—		Deposитantes de Valores em Garantia	143.659.923,75	
Juros e Correção Monetária	—		Outras Contas	10.374.014,78	515.939.144,18
CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
Fundo Itaú - 157	109.655.259,46				
Fundo Itaú de Investimento	252.249.946,19				
Valores Cauçionados	12.833.808,93				
Títulos Cauçionados	130.826.114,82				
Outras Contas	10.374.014,78	515.939.144,18			
TOTAL	Cr\$	839.410.673,00	TOTAL	Cr\$	839.410.673,00

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

débito			crédito		
	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
DESPESAS GERAIS/ Honorários do Cons. de Adm.	57.280,00		SALDO NÃO DISTRIBUÍDO NO SEMESTRE ANTERIOR ..		82.973,23
Despesas Diversas	4.924.727,15	4.982.007,15	REVERSÃO DO FUNDO DE PREJUÍZOS EVENTUAIS		3.091.331,75
Gasto de Material		224.254,56			
Sub-Total		5.206.261,71			
IMPOSTOS		2.817.768,33			
DESPESAS DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA		30.057.371,26	RENDAS		
DESPESAS DE COMISSÕES AMORTIZAÇÕES DO ATIVO		2.625.846,57	RECEITAS DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA	10.187.677,98	
Transferido p/ Fundo de Amortiz. de Móveis e Utens		23.294,16	COMISSÕES RECEBIDAS OU DEBITADAS	20.219.909,09	30.407.587,07
Sub-Total		40.730.542,03	RENDA DE VALORES MOBILIÁRIOS		21.283.339,60
FUNDO DE RESERVA LEGAL		583.605,33	OUTRAS RENDAS		711.722,29
FUNDO DE RES. ESPECIAIS		9.676.000,00			
DIVID. AOS ACIONISTAS		3.181.705,31			
PERCENTAGEM DE ACÓRDO COM O ART. 12º § 12.3 DOS ESTATUTOS		1.384.019,94			
SALDO QUE PASSA PARA O TRIMESTRE SEGUINTE		21.081,33			
TOTAL	Cr\$	55.576.953,94	TOTAL	Cr\$	55.576.953,94

Presidente do Conselho:
Eudoro Villela
Vice-Presidente:
Herbert V. Levy - Licenciado
Diretor Presidente:
Olevo Egydio Setubal
Diretores Vice-Presidentes Executivos:
Aloysio Ramalho Foz
José Carlos Moraes Abreu
Luís de Moraes Barros

Diretores Gerentes:
Abelardo Teixeira
Francisco Finamore
Haroldo de Siqueira
João Baptista Leopoldo Figueiredo
Luiz Carlos Ferreira Levy
Manoel José de Carvalho

Diretores Conselheiros:
Herculano de Almeida Pires
Hermann Moraes Barros
J. Meira de Vasconcelos
Mário Tavares Filho
Rubens Martins Villela



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

ITAÚ

RUA BOA VISTA, 178 - SÃO PAULO

BANCO ITAÚ AMÉRICA S.A.Conta Patrimônio 8.708
C.C.C. 50.701.190**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970**

ativo	C/\$	C/\$	C/\$	passivo	C/\$	C/\$	C/\$
DISPONÍVEL			57.541.072,06	NÃO EXIGÍVEL			
REALIZÁVEL				Capital			
Empréstimos				De Domestizados no País	85.513.727,00		
A Produção	443.527.185,79			De Domestizados no Exterior	85.272,00	90.000.000,00	
A Comércio	194.475.860,81			Aumento de Capital			
A Atividades não Especificadas	161.771.187,87			Correção Monetária de Ativo		12.725.491,45	
A Governo Federal				Reserva p/ Aumento de Capital - Dec. Lei 1089/70		8.555.473,08	
A Governos Estaduais e Municipais	651.115,17			Reservas e Fundos		23.587.927,47	134.865.887,00
A Autarquias	544.588,04			EXIGÍVEL			
A Instituições Financeiras				Depósitos			
Em Letras Hipotecárias		801.049.331,58		A Vista e a Curto Prazo:			
Outros Créditos				Do Público	963.047.443,03		
Banco Central - Recultamentos	93.464.116,42			De Domestizados no Exterior	292.025,37		
Cheques, Documentos e Ordens em Compensação e Rescaldo	63.510.123,55			De Entidades Públicas	67.331.515,41		
Adiantamentos e Cambiais e Contratos de Câmbio	15.805.185,20			A Médio Prazo:			
Saldo Devedores em Contas de Depósitos	8.145,75			Do Público			
Créditos em Liquidação	5.767.580,40			- a prazo fixo	12.949,44		
Adiantamentos - Capital e Rescaldo				- com correção monetária	1.000.000,00	1.073.349,44	
Devedores por Créditos Liquidados no Exterior	2.677.825,57			De Entidades Públicas		1.025.684.933,25	
Correspondentes no País	2.148.731,46			Outras Exigibilidades			
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - em Moeda Estrangeira	12.978.574,80			Cheques e Documentos a Liquidar			
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - em Moeda Nacional				Cobrança efetuada em Trânsito			
Departamentos no País	472.285.443,80			Ordens de Pagamentos	96.387.493,70		
Outras Contas	56.013.562,10	648.737.493,30		Correspondentes no País	7.053.787,07		
Valores e Bens				Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - em Moeda Estrangeira	8.503.508,33		
Títulos e Ordens do Banco Central	146.315.721,75			Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior - em Moeda Nacional	2.876,55		
Letras do Tesouro Nacional e Títulos Federais	8.768.500,82			Departamentos no País	341.528.557,75		
Títulos Estaduais e Municipais	40,01			Outras Contas	23.675.295,14	474.221.019,94	
Valores em Moeda Estrangeira	5.536.885,56			Obrigações (Especiais)			
Outras Valências	6.892.223,41	167.474.494,55		Rescaldos por cts. do Tesouro Nacional	11.714.287,65		
Bens		8.899.838,46	1.847.121.738,31	Rescaldos e Empréstimos no Bco. Central	45.296.283,96		
IMOBILIZADO				Depósitos Obrigatórios FGTS	20.701.384,08		
Imóvel de Uso, Residência e Imóvel em Construção	47.165.283,30			Obrigações por Refinanciamentos e Repasse Oficial	26.488.696,70		
Móveis e Utensílios	28.343.481,18			Imposto sobre Operações Financeiras	1.761.524,79		
Amortizante	1.723.399,61			Obrigações em Moeda Estrangeira	17.748.478,96		
Instalação da Sociedade			98.332.135,20	Obrigações por Compra de Imóveis	2.100.050,00		
RESULTADO PENDENTE				Outras Contas	11.805.130,84	151.121.857,57	1.851.327.815,71
Despesas Operacionais				RESULTADOS PENDENTE			
Despesas Administrativas				Rendas Operacionais			
Perdas Diversas				Outras Rendas			
Despesas de Exercícios Futuros	1.016.825,75			Lucros			
Lucros e Perdas		1.016.825,75		Rendas e Lucros em Suspense	58.887,41		
CONTAS DE COMPENSAÇÃO				Rendas de Exercícios Futuros	17.348.416,48		
		1.412.185.218,80		Lucros e Perdas	8.813,30	17.417.315,21	
TOTAL		C/\$ 3.215.957.535,57		CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
						1.472.185.218,80	
				TOTAL		C/\$ 3.215.957.535,57	

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

DÉBITO	C/\$	C/\$	C/\$	CREDITO	C/\$	C/\$	C/\$
DESPESAS OPERACIONAIS				SALDO NÃO DISTRIBUÍDO NO SEMESTRE ANTERIOR			50.554,76
Juros sobre Depósitos a médio prazo	41.063,90			REVERSO DO SALDO LÍQUIDO DO FUNDO PARA PREJUÍZOS EVENTUAIS			10.188.692,61
Juros sobre outras exigibilidades	1.047.289,30			RENDAS OPERACIONAIS			
Juros sobre operações com o Banco Central		1.066.353,90		Juros e Comissões			
Despesa de Comissões		119.173,31		Sobre empréstimos à produção e ao comércio	57.003.380,04		
Despesa de Correção Monetária		107.163,49		Sobre empréstimos a entidades públicas e a instituições financeiras	84.122,38		
Despesas de Redescoberta e Refinanciamentos		2.844.319,82	9.845.167,35	Outras	27.266.273,56	84.353.776,40	
Resultado de Câmbio		5.801.356,13		Correção Monetária:			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS				Sobre empréstimos à produção e ao comércio			
Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal		133.038,00		Sobre empréstimos a entidades públicas e a instituições financeiras			
Rescaldo				Outras			
Vencimentos	45.479.140,52			Outras Rendas			
Gratificações	1.887.054,57	47.366.195,58		Aluguéis e outras			15.091.784,98
Encargos Gerais		11.287.290,52		LUCROS DIVERSOS			
Impostos e Taxas		7.200.994,80		Recuperação de créditos compensados		446.554,89	
Material de Expediente consumido		4.155.220,81	26.146.835,63	Em transações e rescaldo de valores patrimoniais		8.022.270,27	
Despesas Gerais:				Diversos			8.468.825,15
Aluguéis	5.224.447,78			TOTAL		C/\$ 142.067.312,87	
Propaganda e Publicidade	1.033.204,57						
Outras	10.086.973,46	22.244.625,59					
Despesas de Instalações		1.499.729,68	23.744.355,27				
PERDAS DIVERSAS							
Em operações de exercícios anteriores							
Em transações e rescaldo de valores patrimoniais		524.121,46					
Outras		23.564,78	547.686,24				
AMORTIZAÇÕES			104.284.055,09				
Imóvel, móvel e utensílios	2.804.065,43						
Agio de Incorporação	5.083.333,30	7.887.402,73					
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO							
Reserva Legal		785.000,00					
Reserva de risco em operações de Câmbio		314.000,00					
Reserva Especial		8.704.525,39					
Reserva p/ Aumento de Capital - Dec. Lei 1089/70		8.555.473,08					
St. dividendo aos acionistas de Cr\$ 0,06 por ação		3.400.000,00					
Participação de acionistas com o art. 11.º, item 3 do Estatuto Social		1.792.837,63					
Qualificação de Rescaldo		4.000.000,00					
Contribuições de Fundações "Itaú América" e "Banamérica"		255.000,00	37.804.440,43				
SALDO QUE PASSA PARA O SEMESTRE SEGUINTE			8.813,30				
TOTAL		C/\$ 142.067.312,87					

Presidentes do Conselho:
Herbert V. Levy - Licenciado
Vice-Presidente:
Mario Tavares Filho
Diretor Presidente:
Eudoro Vilela
Diretores Vice-Presidentes Executivos:
Aloysio Ramalho Foz
José Carlos Moraes Abreu
Luiz de Moraes Barros

Diretor Geral:
Osório Egydio Setúbal
Diretores Gerentes:
Abelardo Tavares
Francisco Figueira
Haroldo de Biquiera
José Baptista Leopoldo Figueiredo
Luiz Carlos Ferreira Levy
Manoel José de Carvalho

Diretores Conselheiros:
Haroldo de Almeida Pires
Hermann Moraes Barros
J. Mair de Vasconcelos
Rubens Martins Vilela

Walter Leite de Silva - T.C.C.R.C. SP 26.348



INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

ITAÚ

RUA BOA VISTA, 176 - SÃO PAULO

CIA. ITAÚ DE INVESTIMENTO, CRÉDITO E FINANCIAMENTO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

Carta Patente nº 1.194.353
C.O.C. 81.194.353

ativo	C/5	C/5	passivo	C/5	C/5
DISPONÍVEL			NÃO EXIGÍVEL		
Caixa	530,36		Capital	15.000.000,00	
Banco do Brasil	1.294.258,36		Fundo de Reserva Legal	1.040.719,17	
Banco Central do Brasil			Fundo de Reserva Geral	14.124.782,11	
Circ. 88	262.989,61	1.508.178,83	Provisões p/ Devedores		
REALIZÁVEL			Dividendos	24.885,23	
Devedores p/ Financiamento	40.648.720,16		Fundo de Depreciação e Amortização	51.301,28	
Devedores p/ Apólices Cambiais			Correção Monetária	97.958,42	30.344.655,99
Devedores p/ Usúrio	334.430.216,31		EXIGÍVEL		
Devedores p/ Financiamento - Fim	367.231,30		Responsabilidades p/ Ações	303.100.754,00	
Ações p/ Capital e Reservas	129.543,90		Contas Correntes Vinculadas	22.890,61	
Títulos e Valores Mobiliários	1.150.529,87		Dividendos	752.501,61	
Devedores Diversos	2.955.188,16	379.869.829,30	Impostos a Operações		
IMOBILIZADO			Financiamentos - FINEP	401.763,28	
Edifício de Uso da Companhia	8.515.880,18		Refinanciamento - FINEP	294.254,99	
Móveis e Utensílios	96.631,36		Refinanciamento C. E. F.	41.824,25	
Amortizado	25.997,11		Créditos Diversos	32.271.588,24	346.885.916,81
Outros Valores	17.165,80		CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES		
Novo Trabalho Monetário	288.255,71	9.432.930,19	Rendimentos	12.272.367,11	
CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES			Lucros e Perdas	3.538.898,11	17.532.065,22
Contas de Compensação			CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Valores em Garantia e Outras			Valores em Garantia e Outras		
Contas			Contas		
TOTAL	C/5 878.917.856,01		TOTAL	C/5 878.917.856,01	

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

DEBITO	C/5	C/5	CREDITO	C/5	C/5
ENCARGOS DO EXERCÍCIO			SAÍDA ANTERIOR		887.804,87
Despesas Gerais, Legais, Fiscais, Honorários, Ordenados, Comissões e Outros Gastos	20.833.351,05		RESULTADO DAS OPERAÇÕES SOCIAIS		26.881.796,79
Impostos e Taxas	2.828.270,00		RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		15.208,96
Depreciação	6.577,67	33.367.943,88	OUTRAS RENDAS		58.778,37
DISTRIBUIÇÃO DO SALDO			TOTAL		C/5 27.815.418,32
Fundo de Reserva Legal	177.406,90				
Fundo de Reserva Geral	3.358.571,48				
Dividendos aos Ações	730.098,12	3.286.974,53			
SALDO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL		7.189.886,11			
TOTAL	C/5 27.815.418,32		TOTAL	C/5 27.815.418,32	

Presidente
Luis Roberto ThomasDiretor-Geral
Antonio Roberto Tereza de MenezesEspecialista
Rafaela Cruz de Vasconcelos

Walter dos Santos - T.C.C.R.C. SP 36.042

ITAÚ S.A. - CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

Carta Patente nº 1.194.353
C.O.C. 81.194.353

ATIVO	C/5	C/5	C/5	PASSIVO	C/5	C/5	C/5
DISPONÍVEL				NÃO EXIGÍVEL			
Caixa				Capital			
Banco do Brasil				Reserva Legal	1.040.719,17		
REALIZÁVEL				Reserva Especial	294.254,99		
Ativo Realizável a Vista				Fundo de Reserva Geral	14.124.782,11		
Depósitos	4.888.293,73			Provisões p/ Devedores			
Correção Monetária	185.552,42			Dividendos	24.885,23		
Correção Cambial	287.989,36			Fundo de Depreciação e Amortização	51.301,28		
ATIVO REALIZÁVEL A CURTO PRAZO				Correção Monetária	97.958,42		
Contas Correntes Vinculadas	12.840,00			EXIGÍVEL			
Contas e Reservas	16.812,81			Responsabilidades p/ Ações	303.100.754,00		
Comissões e Taxas	5.847,36			Contas Correntes Vinculadas	22.890,61		
Arrendamento e Fornecedores	3.182,40			Dividendos	752.501,61		
IMOBILIZADO				Impostos a Operações			
Imobilizações Especiais				Financiamentos - FINEP	401.763,28		
Móveis e Utensílios	96.631,36			Refinanciamento - FINEP	294.254,99		
Amortizado	25.997,11			Refinanciamento C. E. F.	41.824,25		
Outros Valores	17.165,80			Créditos Diversos	32.271.588,24		
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS				CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES			
Móveis e Utensílios	96.631,36			Rendimentos	12.272.367,11		
Títulos e Valores Mobiliários	17.165,80			Lucros e Perdas	3.538.898,11		
RESULTADO PENDENTE				CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores Pendentes				Valores em Garantia e Outras			
CONTAS DE COMPENSAÇÃO				Contas			
Ações, Comissões, Taxas, etc.				TOTAL	C/5 878.917.856,01		
TOTAL	C/5 878.917.856,01			TOTAL	C/5 878.917.856,01		

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" CORRESPONDENTE AO BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

DEBITO	C/5	C/5	CREDITO	C/5	C/5
ENCARGOS DO EXERCÍCIO			SAÍDA ANTERIOR		887.804,87
Despesas Gerais, Legais, Fiscais, Honorários, Ordenados, Comissões e Outros Gastos	20.833.351,05		RESULTADO DAS OPERAÇÕES SOCIAIS		26.881.796,79
Impostos e Taxas	2.828.270,00		RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		15.208,96
Depreciação	6.577,67	33.367.943,88	OUTRAS RENDAS		58.778,37
DISTRIBUIÇÃO DO SALDO			TOTAL		C/5 27.815.418,32
Fundo de Reserva Legal	177.406,90				
Fundo de Reserva Geral	3.358.571,48				
Dividendos aos Ações	730.098,12	3.286.974,53			
SALDO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL		7.189.886,11			
TOTAL	C/5 27.815.418,32		TOTAL	C/5 27.815.418,32	

Presidente
Luis Roberto ThomasDiretor-Geral
Antonio Roberto Tereza de MenezesEspecialista
Rafaela Cruz de Vasconcelos

Walter dos Santos - T.C.C.R.C. SP 36.042

FUNDO ITAÚ - 157

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

ativo	C/5	C/5	C/5	passivo	C/5	C/5	C/5
DISPONÍVEL				Investimentos			54.036.234,83
Depósitos no Banco do Brasil S.A.	12.126.060,89			EXIGÍVEL			
Valores a Depositar			12.126.060,89	Provisões	256.885,96		
REALIZÁVEL				Obrigações a Pagar	7.865.304,70		
Valor da Carteira				RESULTADO PENDENTE			
Títulos e Valores Mobiliários	32.333.296,74			Receitas Operacionais	3.012.901,72		
Variação Valor de Custo	76.221.185,63			Dividendos	24.885,23		
Bonificações a Receber	3.253.590,00			Bonificações em Dividendos	62.794,96		
Investimentos a Receber	181.584.982,32			Var. Venda de Títulos	6.814.261,07		
Dividendos a Receber	968.479,16			Bonificações em Títulos	2.944.829,87		
Valores Transmigos	233.724,47			Var. Valor Custo (positivo)	31.012.701,53		
RESULTADO PENDENTE				Outras Receitas	2.431,88		
Despesas Administrativas	8.792.758,12			Resultado Operacional	3.903.772,00		
Taxas de Administração				TOTAL	C/5 109.855.258,46		
Despesas Operacionais							
Comissão e Emolumentos	761.312,42						
Auditoria e Taxas	61.734,78						
Imposto de Renda na Fonte	11.030,18						
Rendimentos Pague	33.251.005,74						
Var. Valor Custo (negativo)	1.250.708,03						
Outras Despesas	215.676,44						
Valores Diferenças							
Despesas Diferenças							
Resultados Diferenças							
Reserva de Valorização							
TOTAL	C/5 109.855.258,46			TOTAL	C/5 109.855.258,46		

NÚMERO DE INVERSOES 146.417

VALOR DA COTA C/5 4,21

administradora

CIA. ITAÚ DE INVESTIMENTO, CRÉDITO E FINANCIAMENTO

Walter dos Santos - T.C.C.R.C. SP 36.043

FUNDO ITAÚ DE INVESTIMENTO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

ativo	C/5	C/5	C/5	passivo	C/5	C/5	C/5
DISPONÍVEL				Investimentos			137.872.701,08
Depósitos no Banco do Brasil S.A.	4.888.293,73			EXIGÍVEL			
Valores a Depositar			4.888.293,73	Provisões	1.149.902,37		
REALIZÁVEL				Obrigações a Pagar	106.572,11		
Valor da Carteira				RESULTADO PENDENTE			
Títulos e Valores Mobiliários	101.910.227,29			Receitas Operacionais	4.631.072,72		
Variação Valor de Custo	76.221.185,63			Dividendos	24.885,23		
Bonificações a Receber	3.253.590,00			Bonificações em Dividendos	62.794,96		
Investimentos a Receber	181.584.982,32			Var. Venda de Títulos	21.268.196,52		
Dividendos a Receber	968.479,16			Bonificações em Títulos	6.814.261,07		
Valores Transmigos	233.724,47			Var. Valor Custo (negativo)	1.250.708,03		
RESULTADO PENDENTE				Outras Receitas	2.431,88		
Despesas Administrativas	8.792.758,12			Resultado Operacional	3.903.772,00		
Taxas de Administração				TOTAL	C/5 252.346.948,19		
Despesas Operacionais							
Comissão e Emolumentos	761.312,42						
Auditoria e Taxas	61.734,78						
Imposto de Renda na Fonte	11.030,18						
Rendimentos Pague	33.251.005,74						
Var. Valor Custo (negativo)	1.250.708,03						
Outras Despesas	215.676,44						
Valores Diferenças							
Despesas Diferenças							
Resultados Diferenças							
Reserva de Valorização							
TOTAL	C/5 252.346.948,19			TOTAL	C/5 252.346.948,19		

NÚMERO DE INVERSOES 37.980

VALOR DA COTA C/5 6,22



São Paulo, Junho de 1971.
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO